

CORREIO BRAZILIENSE

Economia

Editor: Carlos Alexandre de Souza //
carlosalexandre.df@abr.com.br
3214-1148 / 1191 (Economia)



6 • CORREIO BRAZILIENSE • Brasília, segunda-feira, 9 de dezembro de 2019

INFRAESTRUTURA / Proposta da Aneel para mudança nas regras no setor de eletricidade proveniente do Sol coloca mercado em pé de guerra. Distribuidoras querem ser remuneradas pelo uso da rede. Produtores alegam que medida pode inviabilizar o negócio

Energia solar sob ataque

» SIMONE KAFRUNI

Uma das energias mais limpas do país está em risco antes de deslançar. Produção energética que mais cresce no Brasil, com expansão de 150% entre 2018 e 2019, a Geração Distribuída (GD) está no meio de uma polêmica por conta da revisão de uma norma que pode retirar os subsídios do setor. Conectada diretamente à rede de distribuição, a GD avança, sobretudo, por meio da energia solar fotovoltaica. Desde 2012, a Resolução Normativa (REN) nº 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) garante o sistema de compensação, quando a energia excedente gerada por um consumidor pode ser injetada na rede e abatida do consumo mensal. A regulação, no entanto, será modificada até junho de 2020 e está em consulta pública até 30 dezembro.

A mudança gerou gritaria por parte da cadeia de energia solar, que hoje é isenta de encargos e de impostos pelo uso do fio — e passará a pagar. O governo e as concessionárias, responsáveis pela rede de distribuição, dizem que esse custo é repassado para os consumidores que não geram energia. A Aneel e o Ministério da Economia alegam que o setor não precisa mais de subsídio, cujo custo para os brasileiros pode chegar a R\$ 54 bilhões em 2030. O setor argumenta que, com a taxa, os investimentos serão inviabilizados, pois o payback (retorno do investimento) ocorrerá em 26 anos, período superior à vida útil dos equipamentos fotovoltaicos.

Para Rebecca Maduro, sócia da área de energia do L.O. Baptista Advogados, a insegurança em relação à regra é o pior dos mundos. “Tira a previsibilidade do setor”, diz. No entanto, alerta que a REN previa uma revisão até 2019. “Não foi surpresa para o mercado. A Aneel tem que planejar o setor, respaldar o futuro. E ouviu os grupos de interesse”, ressalta. O lado ruim, argumenta, foi que o órgão regulador voltou atrás. “Havia um prazo que foi alterado. Hoje não se sabe qual é.”

Ganhos x custos

A audiência pública se encerra no fim do ano e mais de mil contribuições são contabilizadas. A Aneel promete avaliar tudo no primeiro semestre de 2020 e decidir em meados de junho. “O assunto foi desvirtuado. Um lado presta desserviço para a população com um discurso populista de que haverá taxa do Sol. Do outro, quando se fala na projeção do custo, também não se sabe quais as premissas levadas em conta”, avalia Rebecca.

Segundo Carlos Alberto Calixto Mattar, superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel, a proposta é de que os consumidores que produzem energia solar paguem pela utilização da rede de distribuição “na exata medida do seu uso”. “Se nada for feito, em 2021, os que geram energia solar vão deixar para os demais uma conta a pagar de R\$ 1 bilhão”, afirma. O custo é crescente (Veja quadro).

Rodrigo Sawaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), sustenta que a GD proporciona mais ganhos do que custos. “Os benefícios são elétricos, econômicos, sociais e ambientais. Todo mundo ganha com a água economizada, com a termelétrica que não é acionada, sem perdas e com alívio nas redes. Evita investimento em novas linhas de transmissão, é energia limpa e sustentável”, enumera.

Sawaia defende que há momento certo para fazer a alteração e para decidir quanto cobrar. “São mais de 84 milhões de consumidores no país e apenas 63 mil geram ou são atendidos por sistema remoto quando não têm telhado. Estamos estudando mudar a regra com menos de 100 mil produtores no Brasil. Não é o momento”, alega. Segundo ele, a Aneel tinha um compromisso com o setor de que manteria a regra vigente por 25 anos, para os pioneiros que investiram, e, agora, a mudança deve ocorrer em 10 anos. “Os empresários que investiram fizeram contratos de 25 anos”, explica.

No entender de Tássio Barboza Oliveira, da Associação Baiana de Energia Solar, a Aneel mudou o discurso. “Estudo feito pela agência, em junho de 2011, aponta que a GD não seria onerosa para ninguém. De repente, surgiu um custo bilionário. Em agosto de 2019, a Aneel dizia que a tarifa baixaria com GD. Em outubro, o discurso foi outro. O que mudou?”, questiona. O especialista destaca que foi lobby das concessionárias. “A distribuidora está com medo do efeito Uber. Querem tapar o Sol com uma canetada”, critica.

O presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, rechaça a ideia. “Lobby faz quem está ganhando dinheiro com subsídio, que custou R\$ 850 milhões em 2019”, sustenta. Madureira admite que, a longo prazo, a GD pode reduzir a receita da distribuidora, mas, agora, o custo recai para os consumidores, porque vai parar na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE, que inclui a maior parte dos encargos do setor elétrico), rateada entre todos. “O subsídio era necessário no início, para incentivar uma tecnologia, que, naquela época, tinha equipamentos caros. O custo caiu 75% de lá para cá, com potencial para diminuir mais 30%”, afirma. A Abradee não é contra a GD, acrescenta. “Mas o sistema não funciona sem a rede. Se precisasse investir nisso, o custo seria sete a 10 vezes maior. Ai, sim, inviabilizaria completamente.”

Potencial

A GD veio para ficar, de uma forma crescente, na participação na matriz elétrica, aponta Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. “A primeira evidência é a forma acelerada com que se desenvolveu no Brasil, apoiada sobretudo pela geração solar fotovoltaica”, avalia. A perspectiva de longo prazo mostra que, até 2040 ou 2050, a GD possa ter participação maior do que a hídrica no país.

“O foco da polêmica é a revisão da norma, feita para que o setor

saísse do zero, com compensação energética, um subsídio dado por todos os consumidores. Foi mérito da Aneel, como também é levar adiante a consulta pública, para analisar se, daqui para frente, o subsídio deve ser mantido”, opina Sales. Ele alerta para o que considerava “uma guerrilha de comunicação com argumentos falaciosos”. “Dizer que vai taxar o sol é errado. Não é taxa, é subsídio, com custo que pode chegar a R\$ 54 bilhões na conta de luz. Está evidente que não faz mais sentido mantê-lo”, destaca.

Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace), lamenta o fenômeno brasileiro de “ter energia barata, com conta cara”. Segundo ele, o acontece é que a riqueza é capturada por alguns segmentos. “Se perde nas reservas de mercado, nos subsídios, nos tributos”, alerta.

O professor da Universidade da Califórnia Rodrigo Ribeiro Antunes Pinto compara o sistema no Brasil com o estado norte-americano. “Na Califórnia, são 40 milhões de habitantes e geração de 80,3 gigawatts (GW), dos quais 13%, ou 10,7GW, são provenientes da fonte solar. No Brasil, são 210 milhões de habitantes, geração de 157 GW e apenas 0,6% solar”, diz. “O que a Aneel propõe é usar uma taxa que só ocorre em locais com contribuição muito maior da energia solar. A Califórnia produz 10 vezes mais do que todo o Brasil, tem 60 vezes mais painéis por habitante. Deveria estar desesperada para acabar com isso. Mas o estado subsidia 30% o setor, o direito de troca de energia é de 1 para 1 (da produzida pela consumida) e esses termos são garantidos por 20 anos”, afirma. “Tem alguma coisa muito errada ocorrendo no Brasil”, conclui.

Na balança

O que está por trás da polêmica revisão da resolução sobre Geração Distribuída (GD)

- Geração distribuída é uma fonte de energia elétrica conectada diretamente à rede de distribuição
- Pode ocorrer com diversas fontes de energia sustentáveis como a energia solar, eólica e provenientes de usinas hidroelétricas
- Para incentivar o investimento em GD, a Resolução Normativa 482 da Aneel criou, em 2012, o sistema de compensação
- O mecanismo permite que a energia excedente gerada por uma unidade consumidora com micro ou minigeração seja injetada na rede da distribuidora e abatida do consumo mensal
- Em 2015, outra resolução determinou a revisão da norma em 2019. As audiências e consultas públicas começaram em 2018. As contribuições serão aceitas até 30 de dezembro
- A cadeia da energia solar alega que se o setor perder o subsídio, os investimentos serão inviabilizados
- As distribuidoras dizem que se o subsídio permanecer todos os consumidores que não geram energia vão pagar a conta
- O governo afirma que o potencial é de elevação das tarifas em quase R\$ 55 bilhões em 15 anos



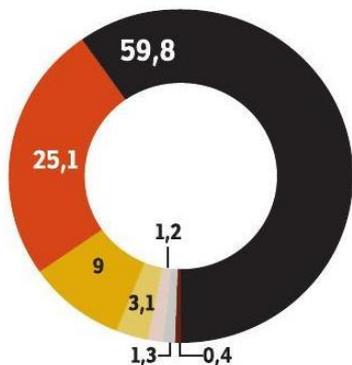
Debate de alta tensão

Em entrevista recente à plataforma colaborativa de inteligência em energia da Comerc, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, sinaliza a possibilidade de flexibilizar a proposta atual da agência sobre a REN 482. Uma possível alteração seria ampliar, de 10 para 25 anos, o tempo de vigência da regra atual para aqueles que já possuem sistemas de geração distribuída. Outra ideia seria implementar uma transação gradual das mudanças, e não de uma só vez. "As novas regras podem valer apenas em janeiro de 2021", afirma.

Matriz energética

No Brasil, predominam as fontes renováveis: 83% ante 25% no mundo (em % da potência instalada)

- CGH**
- Termonuclear
- Solar fotovoltaica
- PCHs*
- Eólicas
- Térmicas
- Hidrelétricas



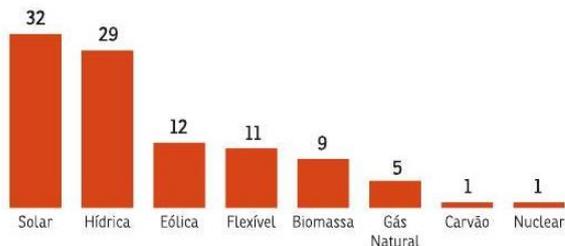
Evolução

Crescimento da micro e minigeração distribuída no país

Ano	Conexões (em unidades)	Potência instalada (em MW)
2012	13	0,6
2013	72	2
2014	382	5,5
2015	1.862	17,4
2016	8.659	92
2017	22.690	274
2018	58.056	708,2
2019	144.478	1.826,3

Projeção

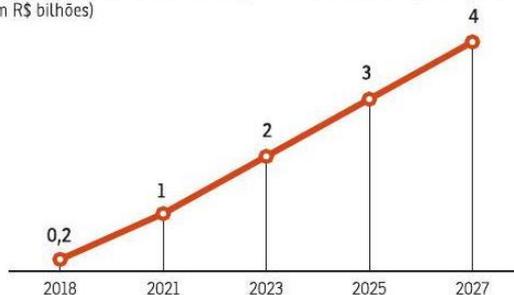
Em 2040, a participação da energia solar saltará para 32%, sendo 75% de GD (em % da matriz)



Fontes: Ministério da Economia, Aneel, Absolar e ABGD

Custos

Aneel alega transferência de custos para os consumidores que não possuem GD (em R\$ bilhões)



Desempenho

Geração solar avançou muito nos últimos sete leilões promovidos pela Aneel

Investimento previsto	R\$ 23 bilhões
Valor da energia	R\$ 85 por MWh
Empregos gerados	219 mil
Potência instalada	4.554 MW
Usinas contratadas	147

Fonte

A geração solar domina o cenário de geração distribuída no país (% do total)



Valor

Benefícios da geração distribuída são econômicos, ambiental e sociais

- Redução de perdas e de geração de energia de outras fontes, como hídrica e térmica
- Investimentos evitados em rede de transmissão e em geração
- Redução de emissões de gases de efeito estufa e do uso da terra e da água
- Geração de empregos na cadeia, arrecadação de impostos, reinjeção de recursos na economia
- Investimentos de mais de R\$ 6,7 bilhões acumulados
- Mais de 12 mil empresas atuam no segmento
- A energia solar é a que mais gera emprego por MW instalado no mundo
- A GD fotovoltaica economiza anualmente R\$ 1,5 bilhão aos consumidores

* Pequenas Centrais Hidrelétricas

** Central Geradora Hidráulica